

Ata da 3ª Reunião CT-GN

Data: 22 de março de 2017

Local: Ministério de Minas e Energia, Sala Plenária, 9º andar – Brasília-DF

Relato da reunião

A reunião teve início às 14h, com a abertura pelo Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, Márcio Felix.

O Secretário ressaltou a proximidade do prazo de 19 de abril para proposições de mudanças legais pelos subcomitês, e que esse prazo será mantido.

O Secretário informou também que a consolidação das propostas será feita pelo Governo, da melhor forma possível, podendo ser realizada consulta pública.

Por fim, o Secretário ressaltou a competência do Congresso Nacional para deliberar de forma definitiva sobre o tema.

Em seguida, deu-se início às apresentações pelos coordenadores dos subcomitês.

A primeira apresentação foi realizada pelo Marcelo Mendonça, da Abegás, representando a coordenação do subcomitê de harmonização entre as regulações estaduais e federal (SC3). Sobre esse, cabe destacar:

Foram apresentados os temas discutidos nas quatro primeiras reuniões do grupo e os posicionamentos dos participantes, destacando o dissenso em todos os tópicos apresentados. Foram apresentadas ainda algumas conclusões sobre o andamento dos trabalhos, na visão da coordenação. O representante da coordenação do grupo mencionou a preocupação com a continuação da agenda e a dificuldade em se obter consensos.

Os participantes do subcomitê relataram que tais conclusões não tinham sido discutidas no âmbito do grupo e solicitaram que fosse registrado em ata que não se viam representados na apresentação feita pela coordenação.

O Secretário Márcio Felix mencionou que o Ministério de Minas e Energia não encaminhará nenhuma proposta que vise alteração constitucional. O importante é que não se perca o prazo para o atendimento dos compromissos firmados com o CNPE. Há espaço para a construção de uma proposta para esse subcomitê.

Ficou acordado entre os participantes a manutenção do diálogo buscando soluções que atendam os princípios do Gás para Crescer (GPC).

Em seguida, foi feita apresentação pelo coordenador do subcomitê de escoamento, processamento e regaseificação de GNL (SC1), Giovani Machado, da EPE.

Foi mencionado o consenso do grupo no que diz respeito ao acesso às infraestruturas e que há, entretanto, divergências no modo como isso seria realizado. O coordenador informou que estão estudando a aplicabilidade dos acessos regulados e negociados em cada caso.

O coordenador também mencionou que o relatório final a ser disponibilizado ao CT-GN, no dia 17 de abril, apresentaria propostas de alterações legais. Em resposta a um questionamento, Machado afirmou que o relatório será disponibilizado antes para análise interna do subcomitê.

A terceira apresentação foi feita pela coordenadora do subcomitê de transporte e estocagem (SC2), Camila Schoti, da Abrace.

A coordenadora mencionou haver diversos consensos no grupo, como a criação do sistema de transporte de gás natural, a implantação de sistema de entradas e saídas para tarifação e alocação de capacidades, o acesso às instalações de estocagem e também sobre algumas atividades que necessitariam ser desempenhadas tendo em vista essas mudanças, sem haver ainda, entretanto, consenso sobre qual o agente deveria desempenhá-las.

Em relação ao modelo de coordenação do sistema de transporte, o subcomitê dividia-se em 65% favorável à implementação de um gestor independente e 35% favorável à implementação do “virtual ISO”.

Já a respeito do modelo de expansão, é consenso de que o Gestor Independente do Sistema de Transporte ou os Transportadores regidos pelo Código de Rede têm papel essencial no planejamento, particularmente na indicação de congestionamentos físicos na malha que requeiram investimentos para expansão.

A coordenação comprometeu-se a encaminhar para o CT-GN o documento que consolida as propostas conceituais discutidas pelo subcomitê até aquele momento.

A quarta apresentação foi realizada pelo relator do subcomitê de comercialização (SC4), Marcelo Loureiro, da Abiape, que representou a coordenação do referido subcomitê.

Os assuntos discutidos no subcomitê foram divididos em dois macro temas: Arquitetura de mercado e Competitividade.

A arquitetura de mercado compreende o estabelecimento de um mercado nacional de gás natural, uma entidade independente para a liquidação das diferenças e mecanismos para a formação de preços.

Em relação à competitividade, foram apresentados como propostas o empoderamento da ANP para atuar na garantia da competitividade e a aplicação de mecanismos de *self dealing* e *gas release*.

Foram apresentadas também propostas para ampliação da oferta, por meio da abrangência de outros tipos de gás não oriundos de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos e apoio à realização regular de rodadas de licitação. Em relação a este último item, foi informado, pelo MME, que existe a expectativa de ser aprovada no âmbito do CNPE, na reunião do dia 11 de abril desse ano, Resolução com orientação acerca do calendário de leilões de blocos de exploração e produção.

Ainda sobre ampliação da oferta, foi informado que a ANP vem estudando a questão da qualidade do biometano que irá atender o consumidor final, e que essa questão vem sendo discutida no programa Renovabio.

Foi mencionado também que seria necessária a alteração legal para a movimentação do biometano na malha de gasodutos de transporte.

Já a quinta apresentação foi feita pela coordenadora do subcomitê de aperfeiçoamento da estrutura tributária do setor de gás natural (SC5), Márcia Loureiro, e por Viviana Faria, ambas do IBP.

Na ocasião, a coordenação informou que espera encaminhar para análise dos integrantes do SC5, no final de março, versão preliminar do relatório do grupo. Conforme entendimento interno, e considerando a manutenção do dia 19 de abril como primeira data limite, o subcomitê avalia não ter tempo hábil para se elaborar um texto com as alterações legais. Assim, o relatório a ser apresentado em abril ao CT-GN identificará as barreiras e endereçará os problemas.

Foi solicitado pelo CT-GN a máxima antecipação de soluções tributárias, de modo que o Ministério da Fazenda, o Ministério de Minas e Energia, a Casa Civil e o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão possam começar a se mobilizar para promover as mudanças necessárias.

A sexta apresentação foi iniciada pelo coordenador do subcomitê gás natural matéria prima (SC6), Bruno Duarte, do MDIC, e continuada pela relatora, Fátima Ferreira, da Abiquim.

Segundo a coordenação, o grupo fez quatro reuniões, no entanto ainda não discutiu pontos de consenso e dissenso, pois havia a necessidade de esclarecimento de dúvidas.

A coordenação do subcomitê ressaltou que o tema em discussão se diferenciava dos demais discutidos no CT-GN, especialmente por não se tratar de um tema setorial. A coordenação manifestou ainda seu entendimento de que a questão em debate estaria sujeita muito mais a uma avaliação política do que técnica, e que há dificuldades em tratar do tema em um grupo onde há somente um interessado.

De todo modo, foi ressaltado como um aspecto positivo o fato de as considerações técnicas permitirem o aprimoramento da proposta apresentada pela Abiquim.

Foi solicitado, pelo CT-GN, que fossem trazidos ao Comitê apenas os pontos de consenso e dissenso.

A sétima e penúltima apresentação foi realizada pelo coordenador do subcomitê integração entre os setores de gás natural e energia elétrica (SC8), Gilberto Hollauer.

Foram apresentadas as pautas prioritárias definidas pelo subcomitê. Há o entendimento de que os grupos 4 (gestão de contratos de gás por meio de comprador único e inclusão de supridor de última instância no setor de GN) e 5 (remuneração diferenciada por serviços e produtos; sinais locacionais mais efetivos; estocagem de gás natural e compartilhamento de terminais de regaseificação), possuem maior complexidade e, segundo o coordenador, dependiam de posicionamentos dos demais subcomitês para serem analisados no âmbito do SC8.

Sobre o tema geração distribuída, houve o entendimento da coordenação de que esse se tratava de um tema perene e solucionável com normas infralegais, e que deve ser resolvido no âmbito do Governo, sem estar limitado ao prazo limite de 19 de abril.

Hollauer enfatizou o objetivo do subcomitê de alocar os riscos de maneira adequada e de manter o despacho econômico. Sobre a questão da infraestrutura, o subcomitê avaliou que é necessário decidir como será feita a outorga de gasodutos para depois avaliar a questão termoelétrica.

A oitava e última apresentação tratou do supridor de última instância, tema esse que, por perpassar diversos subcomitês, passou a ter uma coordenação à parte, exercida por José Mauro, da EPE. Participam das discussões sobre esse tema também a Abegás, a ANP e o IBP.

Segundo o coordenador, o objetivo é estudar o conceito de supridor de última instância, avaliar a experiência internacional sobre o tema e se faria realmente sentido a existência desse agente no Brasil, delimitando sua atuação se for o caso.

Encaminhamentos

O Ministério de Minas e Energia comprometeu-se a apresentar ao CT-GN informações adicionais sobre as tratativas referentes ao gás boliviano.

A pedido de diversos membros do CT-GN, a próxima reunião foi adiada do dia 19 de abril para o dia 26 de abril, com agenda prevista para o dia inteiro. Todavia, manteve-se como prazo para apresentação das propostas dos subcomitês o dia 19 de abril.